
**Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade do Estado do Pará
Belém-Pará- Brasil**



Edição Especial N.6. Mai./Ago./ 2019 p. 157-172

ISSN: 2237-0315

Dossiê: Estudos de História da Educação Matemática

**Contribuições do arquivo pessoal Euclides Roxo para a escrita da História da
Educação Matemática**

*The contributions of the Euclides Roxo personal archive to the writing of the History
of Mathematics Education*

Aparecida Rodrigues Silva Duarte
Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS
Minas Gerais, Brasil

Resumo

Este trabalho relata a elaboração e organização do Inventário Sumário do APER – Arquivo Pessoal Euclides Roxo e faz parte do acervo documental do Grupo de Pesquisa História da Educação Matemática no Brasil – GHEMAT, o qual desenvolve pesquisas em História da Educação Matemática, desde o ano 2000. O titular do arquivo, Euclides de Medeiros Guimarães Roxo, foi uma das principais figuras da Educação Matemática brasileira do início do século XX, período de reorganização do saber escolar matemático no Brasil. Ao discorrer sobre vivências obtidas durante a organização do APER, pretende-se contribuir para a discussão da importância de arquivos pessoais de professores de matemática, para a escrita da História da Educação Matemática.

Palavras-chave: Arquivo Pessoal. Euclides Roxo. História da Educação Matemática.

Abstract

This work reports the elaboration and organization of the APER Summary Inventory - Euclides Roxo Personal Archive and is part of the documentary collection of the Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática no Brasil - GHEMAT, which develops researches in History of Mathematics Education, since the year 2000. The holder of the archive, Euclides de Medeiros Guimarães Roxo, was one of the main figures of Brazilian Mathematical Education of the early twentieth century, a period of reorganization of mathematical scholastic knowledge in Brazil. When discussing experiences obtained during the APER organization, it is intended to contribute to the discussion of the importance of personal archives of mathematics teachers, for the writing of the History of Mathematics Education.

Keywords: Personal archive; Euclides Roxo; History of Mathematics Education.

Introdução

A lei 8.159 de 8 de janeiro de 1991, em seu artigo 2º, informa que arquivos são “conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos”. Seu artigo 11º reza que “consideram-se arquivos privados os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades”.

Para os pesquisadores, documentos pessoais, como conjuntos documentais de origem privada, revestem-se de grande importância, posto que, dada suas características de ordem particular, podem revelar informações que transcendam o que constam em documentos oficiais, possibilitando esclarecer acontecimentos de interesse para a escrita da história, em particular, da história da educação.

As fontes privadas, antes consideradas decorativas, utilizadas como ilustrações, adquiriram reconhecimento como fontes de referência para a história. Prochasson (1998, p. 108) observa que:

... o interesse crescente pelos arquivos privados corresponde a uma mudança de rumo fundamental na história das práticas historiográficas. Dois fatores, ligados aliás um ao outro, me parecem ser capazes de esclarecer o gosto pelo arquivo privado. O primeiro é o impulso experimentado pela história cultural e, mais particularmente, a multiplicação dos trabalhos sobre os intelectuais. O segundo está vinculado à mudança da escala de observação do social, que levou, sobretudo pela via da micro-história e da antropologia histórica, a um interesse por fontes menos seriais e mais qualitativas.

No que diz respeito às pesquisas em História da Educação Matemática, os arquivos privados de professores de Matemática contém uma variedade de documentos que podem auxiliar o historiador e, tomados em conjunto com arquivos escolares, constituem-se em rica fonte para a escrita do trajeto histórico do ensino de Matemática brasileiro. No entender de Valente (2007, p. 36), o trabalho do historiador inclui um trabalho de identificação e construção de fontes, “que sofrerão processos interpretativos, e que darão consistência ao objeto histórico em construção”.

Um dos propósitos do Grupo de Pesquisa História da Educação Matemática no Brasil – GHEMAT é realizar investigações que buscam analisar o percurso histórico da Educação Matemática no Brasil a partir da trajetória de educadores matemáticos

brasileiros. Os pesquisadores que integram o GHEMAT pertencem a diferentes universidades do país e uma das características do grupo é a elaboração e desenvolvimento coletivo de projetos temáticos de pesquisa sobre educação matemática. Para tanto, fazem uso de documentos pertencentes a arquivos pessoais de professores de Matemática, especialmente daqueles constantes em seu acervo: Euclides Roxo, Osvaldo Sangiorgi, Ubiratan D'Ambrosio, Scipione Di Pierro Netto, Lucília Bechara Sanchez, Manhúcia Perelberg Liberman, dentre outros. O Centro de Documentação do GHEMAT pode ser visitado, sendo necessário agendamento prévio pelo *site* www.unifesp.br/centros/ghemat.

Neste artigo, a acepção do termo “arquivo pessoal” leva em conta o entendimento de Camargo (2009), ao defini-lo como um conjunto de documentos efetivamente acumulados no decurso da vida de uma pessoa, denominada titular do arquivo, o qual é preservado e destinado à pesquisa por terceiros. Destaque-se que, esses documentos nem sempre são produzidos pelo titular do arquivo e, sim, acumulados por ele.

Assim sendo, o conceito de arquivo pessoal difere do conceito de arquivo escolar, no sentido de que este se constitui em massa documental produzida por uma instituição de ensino e seus atores, tendo caráter administrativo, pedagógico e histórico, diretamente relacionada ao funcionamento da referida instituição (FURTADO, 2014). Relativamente ao arquivo pessoal, trata-se de um conjunto de documentos que dizem respeito a experiências vividas e atividades desenvolvidas por essa pessoa, tanto de caráter particular quanto público. No entendimento de Santos (2012, p.29):

Enquanto os documentos institucionais representam um conjunto homogêneo e necessário, resultado de uma atividade administrativa, os documentos pessoais podem ser produtos de uma intenção de perpetuar uma determinada imagem; portanto, fruto de uma seleção arbitrária, os quais se apresentam como agrupamento artificial e antinatural onde não é possível a objetividade.

O Arquivo Pessoal Euclides Roxo – APER integra essa qualidade de arquivos, uma vez que se trata de um conjunto de documentos que pertenciam a Euclides de Medeiros Guimarães Roxo (1890-1950), professor de Matemática e diretor do Colégio Pedro II. Cartas; telegramas; fotografias; rascunhos de aulas, de livros, de artigos para

jornal; recortes de jornais; certidões; declarações; nomeações; currículos; requerimentos; listas de livros; recibos; bilhetes; cartões, de autoria do titular do arquivo ou de pessoas a ele relacionadas, fazem parte desse acervo pessoal.

No ano 2000, esses documentos foram doados por Stélio Roxo, filho de Euclides Roxo, ao professor Wagner Rodrigues Valente que, na qualidade de coordenador do Grupo de História da Educação Matemática no Brasil – GHEMAT tomou como tarefa a higienização, organização, catalogação e acondicionamento dessa massa documental, com a finalidade de transformá-la em fontes de pesquisa, particularmente, para historiadores da Educação Matemática.

As atividades vivenciadas pelo GHEMAT durante a organização do Arquivo Pessoal Euclides Roxo, são tomadas neste texto, com a finalidade de destacar a importância do uso de arquivos privados para a História da Educação Matemática.

O Arquivo Pessoal Euclides Roxo (APER)

A princípio, em 2001, os papéis pertencentes à Euclides Roxo foram acomodados nas dependências do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, com a finalidade de organizar esse arquivo e realizar pesquisas no âmbito da História da Educação Matemática. Para tanto, foi elaborado o projeto “História da Educação Matemática no Brasil, 1920-1960”, que contou com financiamento da FAPESP. No APER encontram-se diversos documentos manuscritos ou datilografados, contabilizando 624 documentos, sendo 387 deles textuais, 235 impressos e 2 iconográficos, do período compreendido entre 1909 a 1955. Atualmente esse arquivo encontra-se no Centro de Documentação do GHEMAT, na cidade de Osasco/SP.

A organização, revisão, higienização e acondicionamento dos documentos pertencentes ao APER ficaram a cargo dos participantes do GHEMAT daquela época, sob a supervisão geral de Wagner Rodrigues Valente, então professor do curso de mestrado em Educação Matemática da PUC/SP. Participaram desse trabalho os mestrandos Aparecida Rodrigues Silva Duarte, Arlete Petry Terra Werneck, Jane Cardote Tavares, Marilene Moussa Miranda, Rita de Cássia Gomes Machado, Rosymeire de Castro Prado, Vera Cristina Machado Santos, Walter Fernandes Sório e as alunas de iniciação científica Danila Faria Brito Ribeiro e Taís Barth de Freitas.

Para trabalhar com esse acervo, os integrantes do GHEMAT fizeram visitas ao Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST, do Rio de Janeiro, com a pretensão de verificar como catalogar, acondicionar e restaurar documentos. Isto porque o acervo do MAST reúne cerca de cinquenta arquivos pessoais de profissionais ligados ao ensino, à produção de ciência e de tecnologia e de instituições científicas brasileiras. Além disso, desenvolve pesquisas no campo da arquivologia e da conservação de documentos, dentre outras atividades.

A visita a essa Instituição foi primordial para sanar dúvidas quanto à organização do arquivo que se encontrava nas mãos dos integrantes do GHEMAT, em sua maioria professores de matemática que não tinham experiência em como trabalhar na organização de arquivos de qualquer natureza.

Ao ter em mãos documentos pessoais do início do século XX, de um renomado professor de matemática, produziu encantamento e ao mesmo tempo apreensão nos alunos que iriam organizar APER. Parecia que o fato de ter em mãos aquele conjunto de documentos tornava os participantes da organização desse arquivo detentores da memória do titular do arquivo, suas atividades, pensamentos e virtudes. Essa sensação é descrita por Heymann (1997, p. 41):

É quase irresistível aos cientistas sociais o encantamento produzido pelo contato com as fontes primárias, documentos, papéis, fotografias, capazes de revelar parcelas desconhecidas ou até então invisíveis da história e do mundo social. Esta sensação é fortalecida quando o material foge aos rigores institucionais da produção documental, às características seriais e ao formato burocrático, e tem uma origem privada, um caráter pessoal, conferindo a impressão de que se está tomando contato com frações muito íntimas da história e de seus personagens. O acesso a estes documentos tem a força de simular o transporte no tempo, a imersão na experiência vivida, de forma direta, sem mediações.

Esse sentimento é batizado por Gomes (1998, p. 126) de “ilusão da verdade”, em que o titular do arquivo parece exibido “sem disfarces” e os pesquisadores podem conhecer seus sentimentos, imaginar seus pensamentos. Adverte que “os historiadores devem se municiar dos nada novos procedimentos de crítica às fontes”, se estas não forem cotejadas com outras (GOMES, 1998, p.123). Heymann (1997) procurou desconstruir essa representação, enfatizando que embora os arquivos pessoais possam revelar experiências vividas por seus detentores, deve-se ter consciência de que o titular do arquivo procurou preservar a imagem tal como se vê, e gostaria de ser visto.

No entender de Artières (1998,p.31):

O arquivamento do eu não é uma prática neutra; é muitas vezes a única ocasião de um indivíduo se fazer ver tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto. Arquivar a própria vida é simbolicamente preparar o próprio processo: reunir as peças necessárias para a própria defesa, organizá-las para refutar a representação que os outros têm de nós. Arquivar a própria vida é desafiar a ordem das coisas: a justiça dos homens assim como o trabalho do tempo.

Essas constatações levaram os organizadores do APER a ler e discutir textos como “Nas malhas do feitiço: o historiador e o encanto dos arquivos privados” de Angela de Castro Gomes (1998) e “Atenção: verdade! Arquivos privados e renovação das práticas historiográfica” de Christophe Prochasson (1998). A ideia era de que essas fontes fossem interrogadas de modo apropriado durante a realização das pesquisas levadas a cabo pelo grupo de alunos participantes da organização do APER.

O resultado desse trabalho culminou com a publicação, em agosto de 2002, de um número especial na Revista Educação Matemática Pesquisa, da PUC-SP, sob a denominação “APER – Arquivo Pessoal Euclides Roxo – Inventário Sumário”, o qual contém um guia de fontes para auxiliar o pesquisador em pesquisas que queira utilizar o APER. A escolha pela elaboração de um inventário como instrumento de pesquisa deveu-se por ser esse instrumento o que melhor se adaptava ao trabalho desenvolvido, em conformidade com a Superintendência de Documentação da Universidade Federal Fluminense, um inventário é “Instrumento de pesquisa que descreve, sumária ou analiticamente, as unidades de arquivamento de um fundo ou parte dele, cuja apresentação obedece a uma ordenação lógica que poderá refletir ou não a disposição física dos documentos” (CAR, 2013, s/p).

Para a elaboração do guia de fontes tomou-se como modelo as normas elaboradas pelo MAST para catalogar documentos. Dessa forma, o guia encontra-se dividido em quatro séries:

Série 1, constituída por documentos pessoais do titular do arquivo, no caso, Euclides Roxo.

Série 2, constituída por documentos técnico-administrativos, os quais registram a atuação profissional de Euclides Roxo, particularmente, os cargos administrativos que ocupou.

Série 3, constituída por documentos que dizem respeito à produção intelectual do titular do arquivo e trabalhos de terceiros sobre Euclides Roxo.

Série 4, constituída por documentos complementares, aqueles diversos aos das séries anteriores.

Para sua normatização, os documentos foram codificados do seguinte modo: sigla do arquivo (no caso ER); código por tipo de documento: se textual, utilizou-se a letra T, se fotografia, a letra F, se impresso, letra I; o número da série e, em seguida, o número do dossiê.

Exemplificando, o código ER.T.3.123, indica que se trata de um documento que compõe o APER, que é textual, pertencente à série 3, com número de dossiê 123. Logo após o código, é exibido breve resumo do documento: “Documento manuscrito intitulado “Minha Exoneração do Colégio Pedro II em 1930”. – Rio de Janeiro, sem data. 9f.” (APER, 2000, p.77).

No que tange à essa organização, em decorrência da natureza dos documentos, por vezes suscitaram dúvidas sobre como classificá-los. Seria tal documento pessoal, técnico-administrativo, intelectual? Procurou-se assim catalogar cada documento em conformidade com o que parecesse mais lógico, de acordo com a característica mais destacada.

Os dossiês foram separados, classificados, enumerados e catalogados. Antes, porém, com a finalidade de conservar os documentos, foi efetuada uma limpeza para a retirada de alguma poeira existente. Os papéis foram desamassados e materiais como cliques e grampos metálicos foram retirados, posto que com o passar do tempo oxidam e aderem aos documentos.

Devido ao estado de conservação dos documentos, não houve necessidade de restauração. Nota-se que a pessoa responsável pela reunião dos documentos tomou cuidado com sua manutenção e conservação.

Em seguida, os documentos foram intercalados com folhas de Ph neutro e os dossiês foram embalados em papel especial. Em cada um desses pacotes foi escrito o número da série e o do dossiê o qual pertencia, sendo amarrados com uma fita de seda larga, para não danificar os documentos. Os pacotes de dossiês foram guardados em caixas feitas manualmente com papel grosso e acondicionados em caixas de papelão de tamanhos especiais, que recebia a etiqueta do APER, e o código de identificação, tudo com a intenção de refrear a acidez dos papéis.

Figura 1 – Caixa contendo dossiê do APER



Fonte: Acervo pessoal da autora

Com relação ao manuseio dos documentos, foram recomendadas alguns procedimentos básicos e essenciais, como: lavar as mãos no início e ao final do trabalho; usar luvas e máscaras; não comer durante a catalogação dos documentos ou quando estiver pesquisando no arquivo; não apoiar as mãos e os cotovelos nos documentos, sempre examinando-os em cima de uma mesa, evitando danificá-los; não dobrar os documentos; não utilizar grampeador ou cliques; não utilizar barbantes ou elástico.

Relativamente às caixas, estas foram compradas com tamanho maior que os documentos, para evitar amassá-los. Ainda, tomar cuidado para que o acondicionamento do material não estivesse acima da capacidade da caixa de papelão.

Além da publicação do Inventário Sumário do APER, diversas dissertações de mestrado foram defendidas, além de publicação de livros e artigos em revistas científicas. Dentre essas obras, destaquem-se “Euclides Roxo e a modernização do ensino da matemática no Brasil” e “O nascimento da matemática do ginásio”, ambos organizados pelo professor Wagner Rodrigues Valente.

A trajetória de Euclides Roxo

Euclides de Medeiros Guimarães Roxo nasceu em 10 de dezembro de 1890 em Aracaju, Sergipe e faleceu em 21 de setembro de 1950, na cidade do Rio de Janeiro. Segundo seu filho, Stélio Emanuel de Alencar Roxo, o fato de Euclides Roxo ter nascido em Aracaju foi por conta de que seu pai, João Baptista, era engenheiro e

trabalhava na construção de estradas de ferro em Sergipe, ocasião do seu nascimento.

Figura 2 – Euclides de Medeiros Guimarães Roxo



Fonte: http://www2.unifesp.br/centros/ghemat/paginas/arq_pessoais.htm

Durante a inauguração do APER, em cerimônia realizada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 2002, Stélio Roxo em seu discurso, relatou como teria sido a escolha do nome de Euclides, para seu pai:

Nessa cidade, nasceu o primeiro filho varão de João Baptista. Estava acertado que ele teria seu nome. Mas, quando a caminho do Registro Civil, disse-lhe seu colega, o engenheiro Pedroso, convidado para ser testemunha: – você me desculpe, mas seu nome é nome de preto velho. (Lembremos corria o ano de 1990, dois anos após a libertação dos escravos). Ponha no menino o nome de um grande matemático, você que é engenheiro. Registre-o com o nome de Euclides (ROXO, 2002, s/p).

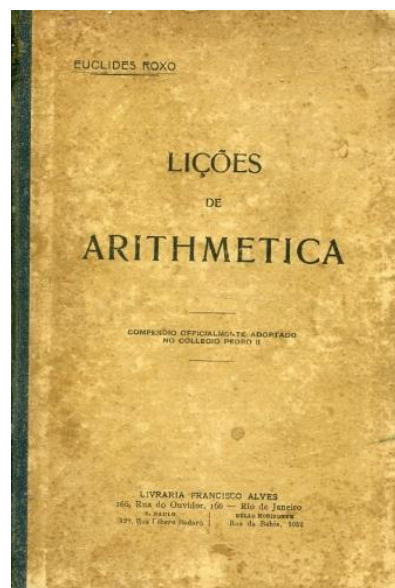
Esse discurso, escrito a mão em folhas avulsas, foi-nos oferecido e faz parte da documentação que integra o APER. Por seu intermédio, é possível traçar uma trajetória pessoal e profissional de Euclides Roxo, levando em conta que essas memórias, repletas de sentimentos, podem interferir nas lembranças relatadas. Em conformidade com Castro (2008, p. 18): “é importante perceber que a memória – quer em sua dimensão pessoal, quer social – não é o registro de tudo o que passou. A memória é seletiva e envolve uma escolha, mais ou menos consciente, entre o que

deve ser esquecido e o que deve ser lembrado. É impossível preservar, física e mentalmente, todo o passado”.

Euclides Roxo foi aluno do internato do Colégio Pedro II no período entre 1904 e 1909 quando, segundo relato de Stelio Roxo, depois de um curso brilhante, foi considerado “Aluno de Pantheon”, distinção dada apenas aos melhores alunos do Colégio, fazendo com que participasse de uma galeria de retratos na Diretoria do Colégio.

Em 1915, Euclides Roxo foi nomeado professor substituto de matemáticas e em 1916, concluiu o Curso de Engenharia da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, tornando-se Diretor do Externato Pedro II em 1925. Na qualidade de professor de Aritmética do Colégio Pedro II, instituição escolar criada durante o Império e que até meados do século XX era considerada escola modelo para todo o ensino secundário brasileiro, publicou, em 1923, o livro didático “Lições de Aritmética”, que foi amplamente adotado em todo território nacional.

Figura 3 – Livro didático “Lições de arithmetica”



Fonte: Arquivo pessoal

Mais tarde, em novembro de 1927, propôs a unificação das disciplinas Aritmética, Álgebra e Geometria para o Colégio Pedro II, sendo a disciplina Matemática oficializada em janeiro de 1929. Dessa forma, as disciplinas, Aritmética, Álgebra e Geometria até então ensinadas em separado, cada uma delas contando

com professores e livros didáticos distintos, passaram a ser ensinadas em uma única disciplina, denominada Matemática, em que as disciplinas Aritmética, Álgebra e Geometria foram mescladas. Neste mesmo ano, lançou o livro didático “Curso de matemática elementar”. A ideia era que a reforma atingisse inicialmente apenas os alunos que cursariam o primeiro ano, atingindo a partir de 1930, também o segundo ano e assim sucessivamente.

Ao propor esta e outras modificações no ensino secundário, Euclides Roxo baseou-se nos preceitos ditados pelo Movimento Internacional de Reforma do Ensino de Matemática. Este movimento, presidido pelo matemático Felix Klein (1849-1925), tinha como objetivo discutir e tentar solucionar as dificuldades no ensino da Matemática. Um dos tópicos a ser debatido referia-se à reorientação dos métodos de ensino voltado para a intuição e suas aplicações (VALENTE, 2001).

Para Dassie, as propostas pedagógicas propugnadas por Euclides Roxo

... coloca a tona documentos originais que indicam a gênese das propostas pedagógicas atuais para o ensino da matemática no Brasil. Podemos listar algumas delas: organização do conteúdo de forma não linear na apresentação dos conceitos; relação entre os objetivos do ensino da matemática e a formação do cidadão; aplicações e contextualização no ensino; articulação entre os diversos campos da matemática escolar; uso de transformações geométricas; utilização de recursos e laboratórios de ensino; preocupações em relação a como ensinar; e uso da história da Matemática (DASSIE, 2011, p.91).

Em 25 de outubro de 1930, Euclides Roxo exonerou-se do cargo de Diretor do Externato do Colégio Pedro II, publicamente contrário ao governo Vargas.

No APER encontra-se um manuscrito em que Euclides Roxo explana sobre sua exoneração intitulado “Minha exoneração do Pedro II em 1930”:

Resulta esta minha resolução da atual situação do país. Quem soube da minha atitude anterior à vitória da revolução, não podia esperar de mim outra coisa. O momento não é para críticas e explicações. Quero, porém, aproveitar este instante, único que se me oferece entre emoções de uma despedida, para fazer um apelo aos meus colegas, professores, e aos Srs. Inspectores de alunos: somos todos educadores, compelidos à tarefa de desenvolver a inteligência e plasmar os caracteres da juventude de nossos patrícios; trabalhemos, pois, de hoje em diante, cada vez mais, para que se forme nos adolescentes de nossa Pátria, uma alta mentalidade cívica e uma envergadura moral que permita possa o Brasil ainda algum dia resolver as suas questões políticas sem a intervenção das ‘pontas de lança’ nem das ‘patas de cavalo’ e atingir a um grau de civilização e de consciência cívica, que o ponha ao lado de países como os Estados Unidos, Japão, a Alemanha e a França ... (ROXO, ER.T.3.123, s/d.).

No entanto, conforme relato de Stélio Roxo, no dia do aniversário de seu pai:

... lembro-me de um telefonema que ele recebeu, no dia de seu aniversário: 10 de dezembro de 1930. Ao contrário das outras chamadas daquele dia, esta o fez demorar-se ao aparelho. A casa estava cheia e só mais tarde soubemos do que se tratava. Fora o novo Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos, que insistia, em nome do Presidente Getúlio Vargas, em que ele se mantivesse no cargo de Diretor do Colégio Pedro II, ao que meu pai se recusava, alegando serem notórias a razão e o modo porque saíra, colocando-se abertamente contra o movimento revolucionário. O Ministro disse que, em casos como aquele, o Presidente não faria escolhas por critérios políticos. Por fim, foi, a custo, encontrada uma solução: ele assumiria a Direção do Internato do Pedro II (ROXO, 2002, s/p).

Na qualidade de diretor do Internato do Colégio Pedro II a partir da década de 1930, Euclides Roxo participou da Comissão da Reforma do Ensino, (Reforma Francisco Campos), de 1931. A Reforma Francisco Campos tornou o ensino secundário efetivamente obrigatório para todos os alunos, passando a ter dois ciclos: um fundamental (5 anos) e outro complementar (2 anos), visando a preparação para o curso superior (MIORIM, 1998).

No que tange à implantação da disciplina Matemática já iniciada no Colégio Pedro II, esta passou a ser adotada em todo território nacional. Essa renovação, entretanto, ocorreu de forma repentina. Ao invés de um procedimento gradual como fora pensado de início, essas modificações foram introduzidas simultaneamente para todas as séries de ensino no país. Tais alterações carretaram também, grande apreensão entre os professores, especialmente, quanto ao modo de seriar as matérias e a metodologia de ensino a ser empregada.

A reforma de ensino que tornava obrigatória a seriação para o curso secundário provocou resistência por parte dos cursos preparatórios, uma vez que a partir dessa reforma, para ingresso no curso superior, o aluno teria que cursar integralmente o curso secundário, diminuindo a clientela dos cursinhos, que a partir de então se limitaria aos alunos das últimas séries. Além disso, muitos professores eram contrários às propostas modernizadoras, fiéis às concepções de décadas de ensino tradicional.

Ocupou o cargo de Diretor do Internato até o ano de 1935, quando se afastou de suas atividades devido ao falecimento de sua filha, retomando suas atividades

docentes em 1936. Segundo Stélio Roxo, durante sua atuação como diretor do Colégio, Euclides Roxo

... ficou impressionado com a severidade do regime disciplinar, com tantas restrições feitas aos alunos. Longe de ser administrador ‘de gabinete’ visitava assiduamente as instalações onde transcorria a vida dos estudantes. Começou por verificar o refeitório, onde extensas mesas de mármore sem toalha e guardanapos, com bancos sem encosto, criavam uma atmosfera ‘antes de um cárcere do que a de uma casa de educação’.

As mesas foram substituídas por outras menores, de seis a oito lugares, forradas e guarnecidas, e cadeiras mais confortáveis substituíram os bancos toscos. Até então era proibida qualquer conversa às refeições, de modo que só se ouvia o som da mastigação dos alimentos e da deglutição da água. Instaladas as novas mesas, permitiu conversa em tom baixo, criando um ambiente familiar e descontraído

[...] a sobremesa antes era sempre a mesma: no almoço, uma banana e no jantar, uma fatia transparente de goiabada ou bananada”.

E.R. contratou um nutrólogo e nutricionista para balancear as refeições destinadas a adolescentes em crescimento. As sobremesas, para só mencionar esse item, incluíam frutas da estação, no almoço, doces caseiros, ao jantar (ROXO, 2002, s/p).

Sobre os horários de estudos informou que seu pai “passou ao exame da alimentação e aos seus horários. O almoço, que era servido às 8:45 passou para as 10:00 h e o jantar, que era às 15:45 para as 17:00 h” (ROXO, 2002, s/p).

Euclides Roxo alterou os uniformes de educação física e também os horários de consultas dos alunos à biblioteca:

Os alunos acordavam às 5:30 h fosse inverno ou verão. O professor de Educação Física solicitou que fossem adquiridos uniformes desportivos, pois não se concebia fazer ginástica com o uniforme do colégio, justo e abotoado, uma verdadeira armadura, que o diretor logo observou ser incompatível com os movimentos corpóreos. E o banho, que era em um grande tanque com chuveiros passou a ser tomado em cabines individuais, que fez construir.

A biblioteca, anteriormente reservada para consultas de professores, o diretor abriu-a aos alunos em determinados horários, de modo a haver rodízio na frequência. E na época dos exames os alunos podiam permanecer na biblioteca até as 21 horas, embora o horário de deitar fosse às 20:00 h (ROXO, 2002, s/p).

E assim continua sua narrativa, enaltecendo as qualidades do pai como gestor escolar:

Euclides Roxo era retraído, mas dialogava com os alunos, um intercâmbio facilitado pela criação, em 1932, do “Clube dos 11” – que equivale ao atual Diretório Acadêmico das instituições de ensino superior. Nesse ponto, como em muitos outros, foi um pioneiro. Era constituído de representantes do Curso Secundário.

Reunia-se periodicamente, para examinar e debater assuntos do interesse escolar, formulando propostas de alterações ao Diretor. Este por sua vez,

aparecia de vez em quando, para melhor auscultar as aspirações dos alunos e suas reivindicações (ROXO, 2002, s/p).

Euclides Roxo exerceu ainda diferentes cargos públicos na área da Educação, como o de professor do Instituto de Educação; diretor do ensino secundário do Ministério da Educação e Saúde; membro do Conselho Nacional de Educação e da Comissão Nacional do Livro Didático. Pertenceu ao Conselho Diretor da Associação Brasileira de Educação e foi membro da Seção de Ensino Secundário.

Foi em 1937, que o livro “A matemática na escola secundária”, de autoria Euclides Roxo foi publicado. Nele, estão expostas suas propostas para o ensino da Matemática na escola secundária.

Quando da promulgação da Lei Orgânica do Ensino Secundário em 1942, (Reforma Capanema), Euclides Roxo fez parte da comissão de elaboração dos programas de Matemática, só que desta vez, ao contrário do que ocorreu na Reforma Francisco Campos, quando prevaleceu as ideias de Euclides Roxo para o ensino da Matemática, fez-se consulta a vários setores da sociedade.

Algumas considerações

O uso de arquivos pessoais de professores de Matemática pode e deve contribuir para a escrita da História da Educação Matemática, posto que esses arquivos se constituem em fontes que contribuem consideravelmente para a recuperação da memória e o desenvolvimento de pesquisas nessa área do conhecimento, propiciando aos historiadores da Educação Matemática a possibilidade de fazer uso de novas fontes e novos métodos de análise. No caso do professor Euclides Roxo, o APER permitiu constatar como se deram discussões sobre a educação no ensino secundário no Brasil e em outros países, durante as décadas de 1920 e 1930.

Destaque-se que Euclides Roxo participou do movimento renovador de ensino da Matemática sendo seu principal representante no Brasil. Essa tendência internacional possibilitou a unificação dos ramos tradicionais da Matemática em uma única disciplina bem como a formulação das diretrizes metodológicas desse ensino na Reforma Francisco Campos, na década de 1930. Por meio dos relatos de Stélio Roxo, dos manuscritos, impressos, cartas, recortes de jornais constantes no APER, pode-se verificar que os esforços de Euclides Roxo propiciaram mudanças nas práticas

pedagógicas vigentes naquele período, acentuando a importância de seu papel como educador.

O APER possibilitou ao grupo que trabalhou na sua organização, a descoberta de novas maneiras de fazer e pensar a História da Educação Matemática. Trouxe ainda aos seus integrantes a conscientização da importância de se organizar um arquivo pessoal, de modo a auxiliar o trabalho de futuros pesquisadores do campo da Educação.

Referências

ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. v. 11, n. 21, p. 9-34, jul. 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061>>. Acesso em 20 jan. 2019.

APER – Arquivo Pessoal Euclides Roxo. Inventário Sumário. **Educação Matemática Pesquisa**. Nº. especial, São Paulo: EDUC, Programa de Estudos Pós-graduados, PUC-SP, 2000, p. 7-115.

CAR – Coordenação de Arquivos. **Arquivos.UFF**: Superintendência de Documentação. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2013. Disponível em: <<http://www.arquivos.uff.br/index.php/glossario-de-terminologia-arquivistica>>. Acesso em 18 jan. 2019.

CASTRO, C. **Pesquisando em arquivos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

DASSIE, B. As propostas pedagógicas de Euclides Roxo para o ensino da Matemática na escola secundária brasileira. **Boletim GEPEM**. v. 59, p. 81-94, 2011. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/522/1/GEPEM_2011_DASSIE.pdf>. Acesso em 18 jan. 2019.

FURTADO, A. C. (2014). Do arquivo escolar à escrita da história da instituição educativa confessional católica feminina do interior paulista (1918-1961). **Poesis Pedagógica**, v. 12, n. 2, p. 171-191, jul/dez., 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/poesis/article/view/33675/17813>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

GOMES, A. C. Nas malhas do feitiço: o historiador e o encanto dos arquivos privados. **Estudos históricos: arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. v. 11, n. 21, p.121-127, jul. 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2069/1208>>. Acesso em 20 jan. 2019.

HEYMANN, L. Q. Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre os arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. **Estudos históricos: arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. v. 10, n. 19, p. 41-60. Jul. 1997. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2041>>. Acesso em 20 jan. 2019.

Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, 1991. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 18 dez. 2018.

MIORIN, M. Â. **Introdução à história da educação matemática**. São Paulo: Atual, 1998.

PROCHASSON, C. Atenção: verdade! Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. **Estudos históricos: arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 11, n. 21, p. 105-109. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2064>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

ROXO, E. M. G. ER.T.3.123. Documento manuscrito intitulado “Minha exoneração do Colégio Pedro II em 1930”. Rio de Janeiro, sem data.

ROXO, S. Discurso proferido por ocasião da inauguração e abertura ao público do APER, em 20 jan. 2002.

SANTOS, P. R. E. Arquivo pessoal, ciência e saúde pública: o arquivo Rostan Soares entre o laboratório, o campo e o gabinete. In: SANTOS, P. R. E.; SILVA, M. C. S. M. (Orgs.). **Arquivos pessoais: história, preservação e memória da Ciência**. Rio de Janeiro: AAB, 2012. p. 21-50.

VALENTE, W. R. (coord.). **História da educação matemática no Brasil, 1920-1960. Projeto de Pesquisa**. São Paulo, SP: PUC-FAPESP, 2001.

VALENTE, W. R. Documentos de professores como fontes para a história da Educação Matemática: o Arquivo Pessoal Euclides Roxo – APER. **Zetetiké**, v. 12, n. 1, p. 35-56, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/160416/2472-9434-1-PB.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

_____. História da Educação Matemática: interrogações metodológicas. **REVEMAT - Revista Eletrônica de Educação Matemática**. V. 2, n.2, p.28-49, 2007. Disponível em <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Matematica/artigo_wagner_rodrigues_valente.pdf>. Acesso em 10 jan. 2019.

Sobre a autora

Aparecida Rodrigues Silva Duarte

Doutora em Educação Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), professora do Curso de Mestrado em Educação da Universidade do Vale do Sapucaí (Univás/MG). Integra o Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática no Brasil – GHEMAT. Orcid: 0000-0002-8523-1902 . E-mail: aparecida.duarte6@gmail.com

Recebido em: 02/02/2019

Aceito para publicação em: 21/02/2019